

Idiana Tomazelli*

Governo explora terreno fértil para ampliar medidas em ano eleitoral

Em novo capítulo de sua cruzada contra a alta no preço dos combustíveis, o governo Lula (PT) decidiu mais que triplicar a subvenção destinada ao diesel e anunciou medidas adicionais para atacar o preço do gás de cozinha e socorrer o setor aéreo.

Em outra frente de batalha, a equipe econômica discute como reduzir o endividamento das famílias. Antes mesmo do lançamento, o pacote ganhou tentáculos para abarcar também MEIs (microempreendedores individuais), micro e pequenas empresas e dívidas estudantis.

O que começou como medidas pontuais para enfrentar os efeitos da guerra no Irã agora escala para um cardápio de ações de maior monta -coincidentemente, no momento em que as pesquisas indicam cenário desafiador para o petista nas urnas.

A dúvida agora é até onde o governo vai para minimizar o desconforto da população em ano eleitoral, e sob quais critérios.

Se por um lado a equipe econômica apontou a lógica por trás do novo subsídio para o diesel importado (garantir o abastecimento interno com ajuda de R\$ 1,20 por litro, equivalente à cobrança de ICMS), por outro não deixou claro

o motivo de estender a ajuda extra ao produto nacional (R\$ 0,80 por litro).

O subsídio ao gás de cozinha e o socorro ao setor aéreo, com desoneração do querosene e linhas de crédito com condições facilitadas, também se dão sob a justificativa da guerra, embora analistas vejam apenas o desejo do governo de tentar segurar na marra preços que impactam o bolso dos eleitores.

O verdadeiro custo das medidas ainda é desconhecido. O governo prevê impacto de R\$ 31 bilhões com as ações voltadas a combustíveis, a ser coberto por um imposto sobre exportação de petróleo. Mas a conta desconsidera o custo de emprestar dinheiro (para o setor aéreo, por exemplo) a uma taxa menor do que aquela paga pelo próprio Tesouro para se financiar no mercado.

Enquanto os números dessa fatura continuam opacos, o governo discute como baixar a conta de luz e reduzir a fila do INSS. O terreno é fértil.

***Jornalista. Escreve sobre economia na Folha de São Paulo, com foco em contas públicas, Previdência e políticas sociais**

Márcio Coimbra*

Perestroika Tropical

Se o Estreito de Ormuz retém hoje o fôlego da geopolítica global, o Palácio de Miraflores exige um olhar muito mais cirúrgico. Ali, testemunhamos uma metamorfose estrutural profunda: a saída de Nicolás Maduro e a ascensão de Delcy Rodríguez. A Venezuela deixou de ser um laboratório de resistência ideológica para se tornar o epicentro de um experimento de sobrevivência pragmática. Delcy é a arquiteta de uma “normalização autoritária” que desafia as leituras convencionais da diplomacia regional.

A demissão de Vladimir Padrino López do Ministério da Defesa e de Samuel Moncada da Embaixada nas Nações Unidas é o marco zero desta era. Ao remover a ponte entre o chavismo originário, as Forças Armadas e a diplomacia, os irmãos Rodríguez — Delcy e Jorge — consolidam um controle civil-repressivo, substituindo a lealdade ideológica por uma tecnocrática. O regime transmutou-se de monolito militar em corporação política. É a “Perestroika Tropical”: uma reestruturação econômica desenhada para garantir a longevidade do grupo no poder, sem qualquer concessão à transparência política.

A mudança mais radical reside na nova Lei de Hidrocarbonetos. Ao permitir que petroleiras estrangeiras operem com controle majoritário, Delcy transformou a PDVSA em um ativo de segurança nacional para potências externas. É o “Capitalismo de Estado” como escudo humano diplomático. Para o governo Trump, o realismo energético carrega o potencial de distensão. O petróleo fluindo com eficiência é a moeda de troca pelo silêncio internacional sobre o ainda déficit democrático interno, mesmo que esteja em processo de distensionamento.

A geopolítica venezuelana migrou do dogmático “Eixo da Resistência” para um pragmático “Eixo da Conveniência”. À China, mesmo

que mais distante, Delcy oferece ordem operacional e previsibilidade de pagamentos. Paralelamente, os laços com Cuba e Irã sofreram uma mutação fria, com o subsídio ideológico cedendo espaço à eficiência pura. Havana agora é tratada como uma prestadora de serviços em declínio, enquanto a presença iraniana se enfraquece para sinalizar ao Ocidente a disposição do regime em mitigar influências indesejadas em troca de reconhecimento.

O triângulo com os EUA é estritamente transaccional. Washington tende a preferir uma Venezuela estável e aberta a negócios do que uma democracia incerta. Assim, a libertação seletiva de prisioneiros políticos funciona como válvula de escape diplomática para arrefecer pressões sem que os Rodríguez renunciem ao controle absoluto.

A inovação de Delcy é o descarte da estética revolucionária em favor da gerencial. Ela compreendeu que a comunidade internacional, exausta de crises, aceita um autoritarismo funcional. Para o Brasil e a região, o desafio é complexo: lidamos com uma liderança que domina as ferramentas da política global. Delcy criou um ambiente onde o custo de derrubar o regime é maior do que o de mantê-lo. Se estabilizar a inflação e a produção petrolífera em 2026, ela terá inventado a autocracia do século XXI: aquela que não se isola, mas convida o mundo para ser sócio da sua própria permanência.

***CEO da Casa Política e Presidente-Executivo do Instituto Monitor da Democracia. Conselheiro e Diretor de Relações Internacionais da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig). Mestre em Ação Política pela Universidad Rey Juan Carlos (2007). Ex-Diretor da Apex-Brasil e do Senado Federal.**

EDITORIAL

Líbano, a nova pedra para o cessar-fogo

A escalada de tensões entre Irã e Estados Unidos ultrapassa, há tempos, os limites de um conflito bilateral. Trata-se de um embaite com efeitos difusos, capaz de reconfigurar alianças, reacender disputas adormecidas e ampliar a instabilidade em uma das regiões mais voláteis do planeta: o Oriente Médio. Nesse cenário, o Líbano surge mais uma vez como território sensível, onde pressões externas e fragilidades internas convergem para tornar urgente a discussão de um cessar-fogo.

A rivalidade entre Teerã e Washington não se manifesta apenas em declarações diplomáticas ou sanções econômicas. Ela se materializa por meio de atores indiretos, milícias e grupos políticos que operam em diferentes países da região. Esse modelo de conflito por procuração amplia o alcance da disputa e dificulta soluções imediatas, já que os interesses envolvidos extrapolam fronteiras nacionais. Assim, crises locais passam a ser alimentadas por agendas externas, tornando-se mais complexas e prolongadas.

O Líbano, historicamente marcado por divisões sectárias e instabilidade política, encontra-se em posição particularmente vulnerável. A presença de grupos armados com vínculos regionais transforma o país em peça estratégica nesse tabuleiro geopolítico. Qualquer intensificação das tensões entre Irã e Estados Unidos repercute direta-

mente em seu território, seja por meio de confrontos indiretos, seja pelo agravamento de sua já delicada situação econômica e social.

Diante desse contexto, a defesa de um cessar-fogo no Líbano não é apenas uma questão humanitária, mas também um imperativo político. Reduzir a violência local pode evitar que o país seja arrastado ainda mais profundamente para um conflito que não lhe pertence integralmente. Além disso, um acordo de trégua poderia servir como ponto de partida para negociações mais amplas, capazes de envolver outros atores regionais e, eventualmente, reduzir as tensões em escala maior.

No entanto, alcançar esse objetivo exige mais do que boa vontade diplomática. É necessário reconhecer que a estabilidade do Oriente Médio depende de esforços multilaterais e de uma mudança na lógica de confrontação indireta que domina a região. Enquanto potências continuarem a disputar influência por meio de terceiros, países como o Líbano permanecerão expostos a ciclos recorrentes de violência.

Em última análise, o cessar-fogo no Líbano representa não apenas uma pausa nos combates, mas uma oportunidade de repensar estratégias e prioridades. Em um cenário global cada vez mais interconectado, insistir em conflitos prolongados significa perpetuar crises que ultrapassam fronteiras e afetam a todos.

Opinião do leitor

Coerência

O Papa Leão XIV convoca uma oração mundial pela paz no dia 11 de abril: “Não podemos permanecer indiferentes à violência. Quem tem armas nas mãos, que as desponha! A quem tem o poder de desencadear guerras, que opte pela paz!”. Paz entre as Nações. Isso é coerência! O mundo precisa de paz que dure para sempre.

*José Ribamar Pinheiro Filho
Brasília-Distrito Federal*

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Cláudio Magnavita (Publisher)
claudio.magnavita@gmail.com

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sã e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.